



## Revisitando Francis de Castelnau: A Província de Goiás e o Racismo Científico no Relato de Viagem “Expédition dans les Parties Centrales de l’Amérique du Sud”

Daniel Dutra Coelho Braga<sup>1</sup>

**Resumo:** O relato de viagem referente à expedição realizada por Francis de Castelnau na América do Sul é recorrentemente citado em estudos históricos, em análises dedicadas aos mais diversos temas. Em função do extenso leque de informações que o relato apresenta acerca da então Província de Goiás, esse texto continua sendo uma referência de apropriação importante para a historiografia goiana. Com base em uma análise comparada entre os tomos do relato editados originalmente no século XIX, a partir de 1850, e a tradução brasileira publicada por meio da Coleção Brasiliana em 1949, este artigo analisa algumas das categorias científicas e conceitos mobilizados nas publicações de Castelnau, notadamente em referência a “raça”, “civilização” e “progresso”, de modo a demonstrar em que medida a leitura e a apropriação desse relato de viagem podem seguir gerando contribuições profícuas para a história e a historiografia goiana. Para tanto, também traz apontamentos acerca de alguns usos do relato de Castelnau em estudos históricos, bem como acerca de questões historiográficas, metodológicas e teóricas referentes ao estudo de relatos de viagem.

**Palavras-Chave:** Expedições Científicas. Província de Goiás. Raça. Negritude. Branquitude.

**Francis de Castelnau revisited: Province of Goiás and scientific racism in the travel account “Expédition dans les Parties Centrales de l’Amérique du Sud”**

**Abstract:** The travel account devoted to the expedition carried out by Francis de Castelnau in South America is a recurrent reference in historical studies regarding a wide scope of themes. Due to the wide scope of information regarding the Province of Goiás – as it was called throughout most of the 19th Century -, that text remains an outstanding reference for appropriation to historiography in Goiás. By making a comparison between the volumes of the account which were published in the 19th Century and the Brazilian translation that was published as part of the Coleção Brasiliana in 1949, this article aims at analyzing some of the scientific categories and concepts mobilized in Castelnau’s writings, specially concerning “race”, “civilization” and “progress”, in order to show to which extent the reading and appropriation this travel account can keep providing fruitful contributions to history and historiography in Goiás. In order to do so, this article also brings remarks on some uses of the Castelnau’s account in historical work, as well as some historiographical, methodological and theoretical questions concerning travel writing.

**Keywords:** Scientific Expeditions. Province of Goiás. Race. Blackness. Whiteness.

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, subvencionado pela CAPES. Doutorando visitante no Rachel Carson Center for Environment and Society (Ludwig-Maximilians-Universität – Munique, Alemanha), entre julho e outubro de 2018. Integrante do Laboratório de História e Natureza do Instituto de História da UFRJ e do Grupo de Pesquisa Território, Ciência e Nação do Museu de Astronomia e Ciências Afins do Rio de Janeiro.



## Introdução

O relato de viagem referente à expedição de Francis de Castelnau é um dos mais citados em estudos de história no Brasil. São vários os motivos que podem explicar essa recorrência. Sua inclusão no projeto editorial da Companhia Editora Nacional, a Coleção Brasileira, sem dúvida é um desses fatores. No entanto, o fato de ter sido traduzido para o português e publicado no Brasil, por si só, não explica a permanência. Há características do relato, da expedição à qual se refere, bem como da inscrição sociológica do autor<sup>2</sup>, que tornam o texto suscetível a diversas apropriações.

Dentre essas características, ressalta-se uma: o itinerário da expedição. O foco nas “regiões centrais da América do Sul” situa o relato de Castelnau em posição diferenciada em relação à profusão de relatos de viagem ocorrida no século XIX. Castelnau realizou uma viagem continental. Se a maior parte dos relatos publicados faz referência a regiões litorâneas da América do Sul, o relato de Castelnau é um dos poucos que se dedica a regiões centrais do continente. Independentemente dos motivos de tal descompasso entre as regiões do território que se tornaram objetos de relatos de viagem – tópico abordado adiante –, é também em função dele que Castelnau segue sendo uma referência textual de destaque, sobretudo no tocante à Província de Goiás.

O objetivo deste artigo é analisar os artifícios discursivos e vocabulário mobilizados no relato de viagem de Castelnau, por meio da referência ao texto da publicação iniciada em 1850, com ênfase nos trechos dedicados à então Província de Goiás. Para tanto, o texto se apresenta nas seguintes etapas: primeiramente, menciona estudos prévios que se apropriaram do relato, com destaque aos que o fizeram no intuito de refletir sobre a história de Goiás. Em seguida, analisam-se alguns dilemas teórico-metodológicos persistentes no tocante à análise de relatos de viagem, sobretudo decorrentes de expedições científicas. Finalmente, analisam-se os textos do viajante, com ênfase nas categorias científicas e sociais mobilizadas conforme a Província de Goiás foi descrita.

---

<sup>2</sup> Há uma certa imprecisão quanto a alguns dados biográficos do autor, sobretudo acerca de sua data de nascimento, mas dois dados permanecem referências incontestáveis: sua atuação no Brasil, em um primeiro momento, enquanto líder de uma expedição científica, e, em seguida, sua atuação enquanto cônsul da França na Bahia, após 1848. Um breve registro biográfico se encontra na obra de Ilka Boaventura Leite (1996, p.31), assim como no prefácio de Roger Chartier para a tradução do relato organizada por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015, p. 9-12).



A referência à edição original<sup>3</sup> se faz em consonância com a constatação crítica de Maria de Fátima Gomes Costa (2014), que demonstrou em que medida a supressão de trechos do relato em traduções brasileiras terminaram por negligenciar, por exemplo, relações políticas que condicionaram as atividades de Castelnau e suas publicações<sup>4</sup>. O foco principal das análises são os dois primeiros tomos da sequência de publicações dedicadas à história da viagem, pois são esses os tomos com a maior parte de referências ao território brasileiro, embora os demais também sejam comentados à guisa de comparação acerca de categorias científicas e conceituais<sup>5</sup>. A ênfase nas categorias raciais e sociais mobilizadas por Castelnau se justifica na medida em que este é o âmbito onde o descompasso entre o a tradução brasileira e a publicação francesa de 1850 se mostra mais intrigante, o que abre espaço para discussões que podem contribuir para a historiografia goiana.

### **Usos de Castelnau em Estudos de História, Notadamente Acerca da Província de Goiás**

São vários os usos de relatos de viagem em estudos de história, mas há alguns que se destacam em termos de recorrência. Provavelmente o uso mais frequente é aquele cujo intuito é tecer algum tipo de reflexão sobre alteridades e identidades, estabelecendo algum tipo de tipologia do viajante enquanto “olhar estrangeiro”. Nesse tipo de uso, o viajante fala de si mesmo. Ele se torna ou o exemplo de algum olhar “nacionalizado” ou, na maioria das vezes, o exemplo de um “olhar europeu”, elencado para que se faça a análise – ou mesmo a denúncia – de algum tipo de etnocentrismo. Outro uso de relatos é o que deles se vale para tecer inferências acerca de dinâmicas sociais, econômicas e ecológicas encontradas, uma vez que muitos se apresentam como verdadeiros “relatórios”, apresentando inventários de fluxos comerciais, populações, paisagens e espécies

<sup>3</sup> Todas as citações à edição original, assim como a textos em inglês ou em francês, são traduções livres do autor.

<sup>4</sup> Essa lacuna foi em grande medida suprimida em função da empreitada editorial organizada por Maria Elizabeth Chaves de Mello (2015), que tornou acessível ao público de língua portuguesa a maior parte do relato histórico de Castelnau. Essa iniciativa pode implicar novas inflexões nas formas por meio das quais o relato siga sendo apropriado. Entretanto, este artigo insiste na comparação entre a edição original do século XIX e a tradução brasileira publicada em 1949 devido a dois motivos. Primeiramente, a maior parte dos trabalhos aqui elencados é anterior à publicação de Chaves de Mello. Eles utilizam, portanto, o “Castelnau da Coleção Brasileira”. Em segundo lugar, as referências teórico-metodológicas que norteiam este artigo, explicitadas adiante, exigem uma análise do texto original. Não se trata, portanto, de aludir a algum tipo de insuficiência no tocante à empreitada de Chaves de Mello, ainda que sua publicação tenha suprimido alguns trechos referentes sobretudo a descrições de práticas científicas de Castelnau – o que, de fato, contribui para a manutenção de uma cadeia de apropriações um tanto quanto limitadas, como por exemplo no tocante à interação entre o viajante e escravos quando da coleta de amostras de história natural.

<sup>5</sup> Cabe ressaltar que o sexto tomo referente à história da viagem não é assinado pelo próprio Castelnau, mas sim pelo naturalista do Muséum d’Histoire Naturelle, H-A. Weddell.



encontradas ao longo de viagens. Nessa chave, o viajante fala dos lugares da viagem<sup>6</sup>. Um terceiro uso muito recorrente é aquele que parece ser o resultado dos dois primeiros usos supracitados. No intuito de refletir sobre alteridades e identidades, o relato de viagem é utilizado para tecer inferências não acerca do agente, mas do objeto do olhar, o “Outro” concebido pela alteridade do “olhar estrangeiro”. Nesse sentido, o relato de viagem é mobilizado de modo a possibilitar algum tipo de “acesso” a identidades ou etnicidades nele textualizadas. O viajante fala de quem viu, não de si. Ainda que etnocêntrico, nesse último caso de apropriação o relato de viagem é momentaneamente “perdoado”, para que possa ser modulado enquanto um tipo de “arquivo”.

No que se refere à historiografia goiana, é possível afirmar que todos esses usos ocorrem com frequência, sobretudo em relação a três viajantes. Um deles, evidentemente, é Francis de Castelnau. Porém, também se destacam – talvez mais ainda que o conde francês – os viajantes Auguste de Saint-Hilaire e Emmanuel Pohl. É possível afirmar que esses viajantes compõem um tipo de “cânone” de relatos de viagem no tocante à historiografia goiana, sobretudo devido ao já mencionado “descompasso” em termos de quantidade de relatos referentes a diferentes países ou regiões. Seus relatos se encontram em meio a uma encruzilhada de interpretações que configura um debate central: a questão da “decadência” de Goiás como construção – ideologicamente articulada – tal como apontada por Nasr Fayad Chaul (1997), que ressaltou em que medida a mitificação da decadência seria tributária dos olhares de viajantes do século XIX (CANEDO, 2016, p. 179-180).

Entretanto, o lugar dos relatos na genealogia de tal mitificação vem sendo reavaliado, tal como feito por Maria de Fátima Oliveira (2018) em análise dos textos de Pohl e Saint-Hilaire. Segundo a autora, “o estigma do conceito de decadência para a Província de Goiás no século XIX não pode ser atribuído prioritariamente a eles, pois suas narrativas refletem muito do que lhes foram relatado tanto por moradores quanto por autoridades locais” (OLIVEIRA, 2018, p. 323)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Trata-se de um procedimento utilizado, por exemplo, por Alcir Lenharo em seu intuito de compreender o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro enquanto uma temática política. O autor se refere a relatos de viagem como portadores de “núcleos de informações” referentes ao abastecimento da capital, ao comércio em estradas e a áreas comercializadoras da própria produção (1993 [1979], p. 29-30)

<sup>7</sup> A autora também matiza a crítica do uso do conceito de decadência também no tocante à própria historiografia goiana, ressaltando que já na obra de Luís Palacín seria possível averiguar uma adesão parcial ao conceito e um uso crítico de publicações de viajantes (2018, p. 309-310).



Cabe ressaltar que o lugar dos relatos de viagem na genealogia de uma imagem de “decadência” referente a Goiás é, no entanto, apenas um desdobramento do uso de relatos de viagem para refletir sobre a alteridade entre viajantes e populações e regiões brasileiras. É nesta chave de leitura que Castelnau é recorrentemente apropriado, não apenas em função do texto *Expéditions dans les parties centrales de l’Amérique du Sud*, mas também em função do texto *Renseignements sur l’Afrique centrale et sur une nation d’hommes à queue qui s’y trouveraient: d’après le rapport des nègres du Soudan, esclaves à Bahia*, publicado logo após o início da série de publicações referente à expedição. Este texto faz referência a relatos de escravos da Bahia acerca da existência de homens com cauda no Sudão. Por meio dele, teceu-se uma série de análises acerca de em que medida Castelnau teria ou não acreditado em tais relatos, o que permitira inferir o grau de alteridade que o viajante atribuiria à África.

Contudo, o viajante é recorrentemente citado como exemplo de alteridade também em função das maneiras pelas quais textualizou as regiões centrais do Brasil, sendo apontado como exemplo de um “julgamento preconceituoso e estereotipado, alicerçado nos padrões e visão eurocêntricos de desenvolvimento” (TEIXEIRA, 2013, p. 102). Para Karylleila dos Santos Andrade, por exemplo, não só Castelnau, mas também outros viajantes teriam emitido “julgamentos e opiniões a partir de seus olhares etnocêntricos” em função de “não compreenderem a realidade local” (ANDRADE, 2008, p. 99). Ainda segundo a autora,

Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau, em suas andanças pela Província de Goiás, tinham sempre como perspectiva e espelho o olhar do “civilizador europeu” etnocêntrico. A cientificidade e racionalidade constroem os olhares desses naturalistas. Interpretam o ambiente a partir de si mesmo, dos seus próprios signos e significados, valores e visões de mundo europeu (ANDRADE, 2008, p. 103).

Castelnau foi analisado principalmente em função de seus limites. Se Andrade faz menção a uma concepção um tanto unívoca de cientificidade e racionalidade, Luiz Carlos da Silva Dantas, por sua vez, dedicou-se a compreender com mais detalhes as contingências históricas das filiações científicas de Castelnau, no intuito de ressaltar o que seria uma incompletude da cientificidade do relato. Segundo Dantas (1992, p. 46), o texto do viajante estaria situado “num curioso terreno onde a ciência, ou em todo caso a atividade classificatória, a investigação antropológica convivem com a credulidade mais permeável à intrusão do maravilhoso, resultando num capítulo de uma espécie de história natural fantástica”. Finalmente, Ilka Boaventura Leite



também elencou trechos do relato de Castelnau, juntamente aos de outros viajantes, para compreender de que maneira relatos de viagem são “não apenas contraditórios entre si, mas reprodutores de contradições existentes na sociedade que retrataram” (LEITE, 1996, p. 228).

Em recorte analítico que privilegiou textualizações referentes a Minas Gerais<sup>8</sup>, a historiadora ressalta que, para Castelnau, “os escravos e libertos possuíam uma vida excelente”, desfrutando de “bom tratamento dispensado, boa saúde e jovialidade”, além de serem “raros os casos de castigo” (LEITE, 1996, p. 215). Para Leite, esse tipo de registro é um exemplo de como viajantes “caíram em contradições frequentes por não terem conseguido separar os fatos observados de suas interpretações e ideologias” (LEITE, 1996, p. 212).

Todavia, não é apenas na chave da denúncia do etnocentrismo incompreensivo que o relato de Castelnau segue sendo apropriado. A referência para discussões acerca de fluxos comerciais, por exemplo, se mantém. Esse foi um dos usos mobilizados por Tania Maria de Maio Leitão, no intuito de reconstituir fluxos de produção e exportação na Província de Goiás. Os relatos do francês foram apropriados por Leitão enquanto evidências da permanência da posse na ocupação de terras (LEITÃO, 2012, p. 75), assim como enquanto pistas para a compreensão do fluxo de mercadorias direcionado para a capital da província, indicando as produções oriundas dos julgados de Arraias e de Natividade, assim como do distrito de Traíras, da região de Santa Cruz e de São João da Palma (LEITÃO, 2012, p. 102)<sup>9</sup>.

Finalmente, apesar das denúncias de incompreensão e etnocentrismo, Castelnau foi, muitas vezes, uma referência textual de apropriação justamente para a compreensão do “Outro textualizado” que é buscado em seus relatos. Nesse sentido, é no campo de discussões acerca da escravidão e das diferenciações étnicas referentes à imigração forçada de africanos que o relato apresenta uma sobrevida considerável. Mesmo tendo ressaltado a incompreensão e a contradição de diversos relatos, Ilka Boaventura Leite, por exemplo, se vale do relato do conde francês para inferir sobre formas de

<sup>8</sup> A autora apresenta como motivos pela opção de analisar Minas Gerais “o grande contingente da população escrava e liberta aí existente” e “o interesse que Minas Gerais representou para os viajantes estrangeiros, em particular, e para a Europa, de modo geral, principalmente por suas reservas minerais” (LEITE, 1996, p. 22-23)

<sup>9</sup> Trata-se, portanto, de perspectiva diferente da utilizada, por exemplo, por Maria de Fátima Costa junto a Benone Moraes e Arthur Silva no tocante às relações entre Castelnau e o Pantanal, posto que para esses pesquisadores o objeto de estudo não é a objetividade da transformação histórica do Pantanal enquanto região ecológica, mas a própria cartografia do viajante enquanto representação, referindo-se sobretudo a “técnicas empregadas para medir, aos instrumentos usados, ou mesmo a [sic] escola de formação dos expedicionários” (MORAES et al., 2014, p. 951).



vida de libertos e escravos, ressaltando sua descrição de “crianças que trabalhavam no descaroçamento de algodão” (LEITE, 1996, p. 127), além de se referir ao relato do viajante para descrever o vestuário de libertos e escravos (LEITE, 1996, p. 177).

Outra apropriação é a feita pelo historiador Manolo Florentino em discussão acerca de etnias presentes no Rio de Janeiro oitocentista. Embora se trate de uma análise da província da Corte, este historiador recupera a tabela demográfica apresentada pelo viajante francês acerca de Goiás para refletir sobre os diferentes usos de um vocabulário de cor, contrapondo as descrições de Castelnau ao Mapa de População de 1799 (FLORENTINO, 2002, p. 12). Em termos de proporções demográficas, o relato de Castelnau acerca da Província de Goiás é utilizado também para estabelecer um paralelo entre a quantidade de forros da população da Corte em 1849 e os “5% de participação dos forros frente ao total da população” em Goiás (FLORENTINO, 2002, p. 34), no intuito de afirmar que “libertava-se muito em fins do século XVIII” em comparação ao cenário do século XIX, marcado “pela exiguidade de libertos” (FLORENTINO, 2002, p. 13).

Castelnau uniria, portanto, Rio de Janeiro e Goiás no tocante às possibilidades de se refletir sobre limites das alforrias no Brasil oitocentista. A permanência do francês enquanto referência para refletir sobre a escravidão brasileira continua na possibilidade de inferir sobre os fluxos de migração forçada no Atlântico. Paul Lovejoy, por exemplo, refere-se ao texto do viajante para refletir não apenas sobre as altas taxas de masculinidade no tráfico atlântico do século XIX (LOVEJOY, 2000, p. 17), mas também sobre os percursos de escravização no Sudão central, recuperando Castelnau para afirmar que “a maioria dos cativos hauçás alcançaram o litoral em Lagos, e não na Costa do Ouro” (LOVEJOY, 2000, p. 25). Já João José Reis – distanciando-se Lovejoy – ressalta o que identifica como a disparidade entre o relato do francês e as possibilidades de interpretar diferenciações entre direções políticas de haussás e nagôs na Bahia (LOVEJOY, 2015, p. 382).

Do exposto, averigua-se que os usos de Castelnau permanecem os mais variados. No entanto, muitos desses usos se dão com pouca sintonia com debates acerca do que esse texto apresenta como condição mais contornável, ou seja, sua condição enquanto relato de viagem.

### **Algumas Questões Metodológicas e Teóricas Recorrentes no Tocante a Relatos de Viagem**

Poucas vezes relatos de viagem são analisados a partir de sua condição mais irrefutável: a de “restos “textualizados” do passado”, para usar a feliz expressão de Dominick LaCapra (1983, p.



27). Enquanto textos, eles apresentam características relacionadas aos suportes materiais por meio dos quais foram publicados, além de apresentarem um “uso situado de linguagem”, o que faz com que as reflexões teórico-metodológicas de autores como LaCapra e Donald McKenzie (1999) se tornem profícuas para a apropriação de tais texto em estudos de história. A literatura de viagem, enfim, pode ser reconhecida justamente enquanto esse campo em que “viagens e relatos de viagens estão ligados, mas não de maneira indissolúvel: pode-se realizar aquelas sem estes, ou estes sem aquelas” (GANNIER, 2001, p. 5). Um relato de viagem é um acontecimento, e considerá-lo tendo em vista esse caráter pode permitir reflexões na “contramão da monumentalização” (DAHER, 2012, p. 36).

A dimensão propriamente textual e narrativa de relatos de expedições científicas é elucidada por estudos referentes a esses vestígios. O aspecto “didático” que relatos assumem no “pacto de leitura” que estabelecem é evidente em relatos de expedições, uma vez que “o viajante, detentor de um saber, transmite-o aos outros” (GANNIER, 2001, p. 45-46). No tocante às apropriações, Flora Süssekind apontou como a prosa de ficção brasileira, em diversos momentos, estruturou sua “capacidade narrativa” em torno da mobilidade da viagem (SÜSSEKIND, 1990, p. 42), ressaltando que expedições científicas tiveram seu papel em tal processo.

Ao “dar maior nitidez ao sujeito dos relatos de expedições científicas”, o “olhar armado” de viajantes como Spix e Martius, ainda que diferenciado em relação ao “olhar ao léu” de outros viajantes, também pôde ser apropriado em figurações narrativas ficcionais posteriores (SÜSSEKIND, 1990, p. 117). Trata-se de uma cadeia de apropriações mantida ao longo do século XX, na medida em que “na prosa modernista dos anos 20 deste século [...] se reinterpretariam viagens e narradores-em-trânsito” (SÜSSEKIND, 1990, p. 154). A mobilidade e as paisagens relatadas por viajantes foram apropriadas em obras de ficção que tomam Goiás como tema, tal como o romance “Chegou o Governador”, de Bernardo Élis (CANEDO, 2016, p. 181).

A dimensão prática e material de expedições científicas, contudo, também se impõe. As diferentes modalidades de viagem são fatores que condicionam publicações posteriores. O caso de Castelnau não poderia ser mais evidente. A sua expedição se enquadra no que o geógrafo Numa Broc reconheceu como um modelo de “viagem continental”, o qual apresentou um padrão no século XIX e implicou uma diferenciação considerável em relação à “viagem marítima” simbolizada por viajantes





franceses como Louis Isidore Duperrey e Jules Dumont d'Urville (BROC, 1982, p. 239). Para Broc, Castelnau se adequaria à categoria de “explorador” devido ao caráter continental de sua viagem, além de se enquadrar também em um padrão de “vocações tardias” para a exploração, em função das quais se realizaram viagens “sob comando” após a idade de 30 anos e se concebeu a exploração enquanto “conclusão de um projeto longamente amadurecido, o meio de resolver um problema científico preciso” (BROC, 1982, p. 241).

A análise das modalidades de viagem, enfim, fornece parâmetros que trazem complexidade ao trânsito de viajantes em determinadas regiões, e traz novos significados à diferenciação regional de itinerários, impedindo uma reificação de interesses pessoais ou determinantes geográficos na realização das viagens. Nesse sentido, não seria plausível afirmar que teria havido, “por parte dos viajantes, pouco interesse em conhecer a Província de Goiás, o que pode ter sido consequência das dificuldades de acesso ao interior do país” (ANDRADE, 2008, p. 98). As viagens estiveram submetidas a “condições conjunturais” (LEITE, 1996, p. 220). Elas podem ser pensadas, portanto, enquanto produtos de campos de possibilidades específicos, relacionados a tensões e disputas comerciais, institucionais, estratégicas e políticas.

O caráter científico das expedições, enfim, também se dá em dimensão prática e passível, portanto, de ser situado e localizado (HARAWAY, 1988). Seus relatos podem ser analisados tendo-se em vista o problema da “ciência enquanto uma forma de comunicação”, uma vez que, para que as experiências e as formulações científicas de Castelnau se disseminassem, não seria suficiente que o relato culminasse em algum tipo de “verdade” resultante da dimensão prática da viagem enquanto exploração, pois não é em função de ser verdadeiro que o conhecimento científico se difunde – diferentemente do que já postularam muitos dos “fundadores positivos” da história da ciência (SECORD, 2004, p. 655).

Expedições científicas, uma vez realizadas, encaram um processo de articulação dos objetos que coletam e produzem, processo este que termina por configurar, em circuitos institucionais de resignificação, “um estado de objetos científicos” (KURY, 2001, p. 62). As expedições científicas e os relatos de viagem delas decorrentes, portanto, podem ser analisados sob uma perspectiva que ressalte “a natureza mutável dos próprios produtores de conhecimento, assim como dos



conhecimentos e habilidades que eles corporificaram, suas transformações e reconfigurações no curso de seus deslocamentos geográficos e sociais” (RAJ, 2013, p. 345).

### **Uma Arqueologia do Racismo Científico de Castelnau e seu Olhar sobre a Província de Goiás**

Com base no quadro teórico acima exposto, torna-se possível situar o vocabulário utilizado por Castelnau. No tocante à forma como textualizou a província de Goiás, assim como arredores, o viajante francês elencou noções como “progresso” e “civilização”. Após descrever a navegação pelo Tocantins e pelo Araguaia, por exemplo, afirmou não ser possível “se impedir de acreditar que com o progresso da civilização, essa bela e rica região se tornará também uma das regiões mais sãs do mundo” (CASTELNAU, 1850b, p. 119). O termo é utilizado para se referir às populações indígenas da região, quando o viajante ressalta que

[...] uma longa estada entre as populações selvagens me convenceu de que ramo algum da família humana era incapaz de ser levado, senão a um estado de civilização avançada e completa, ao menos à essas primeiras etapas da educação dos homens que, ao fazê-los abandonar os recursos precários da caça e da pesca, termina por habituá-los a esperar sua subsistência apenas dos trabalhos da agricultura. Essa transformação acarreta logo em outras: a família se organiza, e a propriedade se estabelece: assim se encontra criada uma sociedade onde antes existiam apenas individualidades espalhadas, que possuíam entre elas apenas a conexão da tribo (CASTELNAU, 1850b, p. 119).

Só a adesão a palavras como “civilização” e progresso já denota muito das filiações de Castelnau sob o ponto de vista de uma história intelectual. O viajante parece se ater à “teoria dos quatro estágios” em voga, ainda que de modo não consensual, em fins do século XVIII na França, teoria esta que, tal como ressaltou Lorelai Kury (2001, p. 20), considera “que a civilização progride em função dos modos de subsistência dos povos, que seguem a sequência “natural” da caça à economia pastoral, seguida da agricultura para chegar finalmente ao comércio”.

Todavia, como apontado anteriormente, Castelnau é constantemente denunciado como um exemplo de olhar etnocêntrico, e essas palavras por si só não denotam uma das formas de etnocentrismo mais predominantes no século XIX: a de um racionalismo amparado em ciência<sup>10</sup>. No

<sup>10</sup> Recupero aqui a distinção estabelecida por Tzvetan Todorov (1989, p. 133-138) entre racismo enquanto comportamento e racionalismo enquanto ideologia, sendo uma “política fundada no saber” apenas uma dentre suas demais características, tais como uma “hierarquia única de valores”, a “ação do grupo sobre o indivíduo”, a “continuidade entre o físico e o moral” e, evidentemente, a “existência das raças”. bA característica do recurso ao saber propriamente científico é aquela da qual muitos racionalismos puderam prescindir, embora ao longo do século XIX ela tenha se tornado cada vez mais imponente. Como apontou Stephen Jay Gould (2003, p. 62), “a polêmica americana a respeito da poligenia talvez tenha sido a última ocasião em que os argumentos de estilo científico não constituíram uma primeira linha de defesa do *status quo* e do caráter inatrelável das diferenças entre os homens”.



intuito de compreender como Castelnau descreveu os habitantes da província de Goiás, é necessário, portanto, realizar uma arqueologia das concepções de raça emuladas pelo viajante<sup>11</sup>.

Os termos que permitem compreender o tipo de interação entre racismo e cientificidade à qual Castelnau aderiu encontram-se presentes nos diversos tomos do relato. É evidente a adesão do viajante a uma concepção de anatomia comparada, derivada da história natural, na qual o corpo humano estaria passível de classificação relacional. O vocabulário mobilizado no primeiro tomo do relato de viagem faz menções ao significado, “para o naturalista”, do “estudo fisiológico do crânio” (CASTELNAU, 1850a, p. 45), assim como ao estudo relacional por meio de uma “série natural dos seres” (CASTELNAU, 1850a, p. 51), portanto em consonância com a concepção de uma *scala natura* de cunho aristotélico que governou a história natural e campos correlatos como a botânica em diversos circuitos, inclusive ingleses (DRAYTON, 2000, p. 15).

O uso permanece em toda a série editorial, pois no segundo tomo o viajante reitera a necessidade de observar “medidas cefalométricas” (CASTELNAU, 1850b, p. 39), ressaltando sua adesão à craniometria e a dimensão que esta alcançou enquanto uma “primeira teoria biológica baseada em amplos dados quantitativos” (GOULD, 2003, p. 18). Nesse sentido, sugerir uma aproximação entre o racismo científico de Francis de Castelnau e uma concepção evolucionista da humanidade de cunho darwinista, tal como feito por Luiz Carlos Dantas, é um equívoco<sup>12</sup>. Castelnau se assemelha não a Charles Darwin, mas a Georges Cuvier, “um dos fundadores da geologia, da paleontologia e da moderna anatomia comparativa” (GOULD, 2003, p. 21). É evidente a filiação do viajante a uma concepção de história natural na qual a anatomia comparada forneceria a chave da classificação de espécies e, também, das diferenciações entre seres humanos.

Não necessariamente essas diferenciações seriam compreendidas como marcas de diferenciação temporal de evolução, mas certamente eram compreendidas como marcas de diferenciação natural e, também, hierárquica, sobretudo tendo-se em vista “a função que a

<sup>11</sup> Não seria de grande valia, no presente trabalho, recuperar as ricas descrições que Castelnau teceu acerca dos aspectos geográficos e econômicos da província, em função de dois motivos. Primeiramente, esses trechos encontram-se integralmente traduzidos para o português desde 1949. Em segundo lugar, o trabalho de apropriação referente a esse escopo de referenciais vem sendo feito de modo regular. Mais um levantamento desses dados seria redundante.

<sup>12</sup> Dantas (1992, p. 52) sugeriu o vínculo ao afirmar que Castelnau inseriria “de modo patente, no interior de um processo evolutivo” a “história da raça humana” à qual visava dar subsídios por meio dos resultados da expedição. O uso do termo “história” por Castelnau, no entanto, certamente se dá mais em consonância com a ideia de história enquanto descrição, tal como era característico da história natural.



craniometria desempenhou no século XIX, ao pressupor que a inteligência (ou, pelo menos, uma parte dominante dela) é uma coisa única, inata, hereditária e mensurável” (GOULD, 2003, p. 9-10). Como bem apontou Stephen Jay Gould (2003, p. 40), esse tipo de uso da craniometria foi popular nos Estados Unidos, onde um naturalista como Samuel George Morton, da Filadélfia, realizou uma coleção de crânios no intuito de comprovar a hipótese “de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida objetivamente através das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho”.

Mas a anatomia comparada não governa sozinha as alteridades que Castelnau inscreveu em seu relato. Como demonstrado por meio da citação referente a grupos indígenas próximos do Araguaia e do Tocantins, se a antropometria e a craniometria foram os alicerces conceituais da atividade de naturalista de Castelnau, é também importante ressaltar que a alteridade religiosa é outro vetor da linguagem de seu texto, igualmente estruturante de alteridade, mas capaz de fornecer diferentes esquemas de diferenciação. Na maior parte das vezes em que o termo “civilização” aparece no texto, ele é decorrente de uma filiação também religiosa, como quando o viajante condiciona o “progresso da civilização” à ação de missionários (CASTELNAU, 1850b, p. 119), ou mesmo quando critica o que reconhece como uma “corrupção universal dos costumes” (CASTELNAU, 1850b, p. 25) para em seguida reiterar explicitamente a articulação entre “civilização” e “cristianismo” (CASTELNAU, 1850b, p. 27). Com base na distinção supracitada da teoria dos diferentes estágios de civilização, fica evidente, portanto, que, para Castelnau, agricultura não era apenas uma questão de economia. Agricultura era uma questão religiosa.

Por meio desse quadro é possível compreender como o viajante textualizou Goiás. Como demonstrando, Castelnau enquanto autor tinha à sua disposição tanto um vocabulário conceitual próprio da anatomia comparada decorrente da história natural, como um vocabulário conceitual próprio do cristianismo, por meio do qual concebia variações de “progresso” e “civilização”. Que escolhas fez então o viajante ao descrever a província? O capítulo *Description de la Province de Goyaz* é iniciado com um vocabulário um tanto quanto ambíguo, pois parece não se acoplar de imediato ao vocabulário da história natural, tampouco ao cristão. Nesse capítulo, Castelnau faz menção a uma estatística datada de 1824 que seria a única “um pouco completa” acerca da população da província, a qual teria, nesse ano, 62.518 habitantes (CASTELNAU, 1850b, p. 120).



Dentre os grupos que constam da tabela estatística apresentada pelo viajante, há “homens brancos” e “mulheres brancas”, segmentos divididos entre casados e não casados, “homens de cor” e “mulheres de cor”, igualmente divididos entre casados e não casados, seguidos de “libertos”, também diferenciados por meio do matrimônio. Finalmente, “índios convertidos” e “escravos” figuram enquanto a quarta e a quinta categoria populacional, divididas apenas sob o crivo do sexo. Na mesma página, Castelnau segue sua digressão acerca da população de Goiás, ressaltando que o número de famílias em toda a província seria de 12.119 e que, no tocante aos “Índios selvagens”, seria impossível estabelecer uma ideia exata de seu número (CASTELNAU, 1850b, p. 121)<sup>13</sup>.

Uma leitura inicial referente apenas a esses dados já poderia levar à conclusão de que o viajante estaria apenas fazendo referência a categorias demográficas de outro texto, que não necessariamente seriam as mesmas do racismo científico que norteia o restante de sua publicação. A forma como as categorias se contrapõem, por exemplo, já permitem induções nesse sentido. A contraposição aos “selvagens” é a categoria de “convertidos”, ressaltando uma forma de classificação de grupos indígenas que norteou não só fontes administrativas luso-brasileiras, mas também outros relatos de viagem e, como citado anteriormente, anunciada em outras partes da publicação de Castelnau.

Contrapondo-se à categoria “brancos” há a categoria “de cor”, a qual, no entanto, é elencada enquanto variável independente das categorias vinculadas ao estatuto da liberdade, posto que as variáveis de “escravos” e “libertos” constam da tabela enquanto termos independentes da soma: às 35.005 pessoas “de cor”, somar-se-iam 1.441 libertas, 1.539 libertos, 6.046 “mulheres escravas” e 7.329 “homens escravos”. A inferência mais plausível é a de que essa estatística tem como objetivo, dentre outros, estabelecer uma diferenciação entre “brancos” e “de cor” em meio a 45.540 pessoas que teriam nascido em liberdade (CASTELNAU, 1850b, p. 121). Castelnau parece citar, portanto, documentos que textualizam categorias de hierarquias sociais próprias do Império brasileiro, em considerável continuidade com categorias de hierarquias sociais mobilizadas em períodos anteriores do Império português. Enquanto citação, a tabela demográfica se apresenta como um momento textual de verdadeira suspensão do vocabulário do autor.

---

<sup>13</sup> A tradução brasileira de 1949 também apresenta esses termos (CASTELNAU, 1949, p. 39).



Mas qual teria sido a sua interpretação das categorias na estatística de 1824? Castelnau poderia tê-la citado sem tê-la compreendido. Ele poderia ter feito uma tradução direta dos termos que constavam da tabela e projetado nessas palavras o que ele próprio compreendia por distinções como “brancos”, pessoas “de cor”, “libertos” e “escravos”. Para muitos historiadores, esse foi o raciocínio preponderante em meio a viajantes, o que inclusive limitaria o raio de possibilidades para que seus relatos fossem apropriados pela escrita da história. Como apontou Boaventura Leite (1996):

Deparando-se com libertos e escravos – os primeiros ocupando várias posições na sociedade – e com um grande número de mestiços de negros com brancos, os viajantes nem sempre conseguiram estabelecer uma relação entre procedência, cor da pele e posição social. Tornava-se difícil, para eles, formular um critério de classificação para a população do Brasil. Isto justifica, talvez, o fato de terem utilizado, às vezes, fórmulas tão variadas para identificação de negros, brancos, mulatos e também de escravos ou libertos. Advém daí minha dúvida sobre a possível utilização deste dado como fonte documental (LEITE, 1996, p. 109).

Contudo, se “a linguagem dos relatos encerrará também a mesma ambiguidade e generalidade existentes nas relações e formas de classificação da época” (LEITE, 1996, p. 108), por outro lado cada relato e viagem guarda o potencial de apresentar diferentes graus do “descompasso entre representação coletiva e relato individual” (GANNIER, 2001, p. 28). É neste descompasso, inclusive, que reside o eterno potencial de qualquer relato enquanto fonte documental de si próprio. Ao descrever os grupos indígenas, por exemplo, Castelnau registrou diversas formas de interação e diferenciações que averiguara ao longo de sua viagem.

Embora tenha usado por vezes no relato noções como “homem dos trópicos” (CASTELNAU, 1850b, p. 253), as quais relegam todo e qualquer grupo de ameríndios ao âmbito da alteridade e do exotismo oitocentista, o viajante francês estabeleceu diferenciações entre grupos no intuito de focalizar as particularidades, por exemplo, dos bororos (CASTELNAU, 1850b, p. 78), dos caiapós (CASTELNAU, 1850b, 114) e dos apinajés (CASTELNAU, 1850b, p. 17). Castelnau esteve, portanto, alinhado a um tipo de observação taxonômica que reconhecia as diferenças entre os diversos grupos distribuídos pelo território brasileiro – ainda que em uma chave de produção de imagens do “outro” por meio de um ideário de civilização baseado na diferença cultural.

A tensão acerca do olhar do viajante, no entanto, é comumente ressaltada não em função de sua reação perante grupos indígenas, mas perante as distinções entre “negros” e “brancos”. No tocante a viagens pelo Brasil, a tensão não estaria apenas nos olhos dos viajantes, mas também estruturaria



os olhares oriundos da terra visitada, que poderiam se basear tanto em diferenças de cor da pele como também em diferenças de origem social. A interpretação de Ilka Boaventura Leite (1996), por exemplo, é a de que:

[...] já no início do século XIX, os termos “negro” e “mulato” eram utilizados para diferenciar os de descendência europeia, chamados “brancos”. “Branco” e “negro” já se constituíam como as principais categorias de classificação. Desde o início, portanto, não expressavam exclusivamente *status* mas também a origem, no sentido de procedência. Há, portanto, uma generalização no termo, incluindo em “negros” todos os escravos e libertos, e em “brancos”, todos os descendentes exclusivos de europeus, independentemente da procedência étnica (LEITE, 1996, p. 107-108, grifos da autora).

Castelnau, no entanto, foi mais perspicaz. É na encruzilhada de citações de categorias de hierarquias sociais que o relato de sua viagem, enquanto texto, demonstra sua complexidade, pois na trajetória de apropriações textuais ocorreu um evento inerente à história do relato de viagem enquanto livro: uma nota de rodapé foi esquecida. Na edição parisiense do segundo tomo do relato de sua expedição, Castelnau não se satisfaz com a mera citação dos dados referentes a Goiás em 1824. O texto, direcionado para um circuito de consumo de língua francesa do século XIX, precisava encarar um esforço de tradução que a edição brasileira de 1949, por algum motivo desconhecido, terminou – ou optou – por ignorar. Castelnau precisava traduzir para o leitor francês o significado da ideia de “branco” em Goiás. Em função disso, sentiu a necessidade de adicionar uma nota de rodapé logo na primeira linha da tabela, dedicada aos “homens brancos casados”.

Assim, logo após ler sobre a quantidade de “índios selvagens” que, à época da publicação, provavelmente não ultrapassaria a quantidade de “quinze a vinte mil almas” segundo o viajante, o leitor de Castelnau seria convidado a, antes de virar a página e seguir um período sobre moinhos de açúcar, ler a seguinte explicação acerca da categoria de homens brancos:

Nas partes centrais do Brasil se dá esta qualificação a qualquer indivíduo que tenha os cabelos um pouco lisos, qualquer que seja a sua cor, sendo o número de verdadeiramente brancos extremamente pouco considerável. Dá-se aos Portugueses o nome de *Branco Verdadeiros* para distingui-los dos brancos da região, ou *Branco da Terra* (CASTELNAU, 1850b, p. 121, grifos do autor)<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Tradução livre. À guisa de comparação, a citação original é a seguinte: “Dans les parties centrales du Brésil on donne cette qualification à tout individu qui a les cheveux à peu près droits, quelle que soit du reste sa couleur, le nombre des blancs véritables étant extrêmement peu considérable. On donne aux Portugais le nom de *Branco Verdadeiros* pour les distinguer des blancs du pays, ou *Branco da terra*” (CASTELNAU, 1850b, p.121, grifos do autor).



Essa nota explicativa, que consta da edição francesa de 1850, simplesmente foi elidida do trecho equivalente na tradução publicada pela Coleção Brasileira no século XX, que não vincula qualquer nota de rodapé à tabela populacional citada pelo viajante (CASTELNAU, 1949, p. 39)<sup>15</sup>. Com isso, tornou-se muito mais restrita a possibilidade de interpretar que tipo de acepção de “branco” estaria sendo mobilizada por Castelnau, no sentido de analisar em que medida a categoria se apresentaria em continuidade a um vocabulário decorrente do racismo científico emulado desde o primeiro tomo do relato ou, por outro lado, em um registro de apropriação do vocabulário de fontes administrativas do local visitado. A possibilidade de inferências demográficas com base em cor de pele acerca da região de Goiás, por sua vez, ou seja, se difícil antes mesmo da tradução, com esse tipo de supressão emerge de vez para o reino do inverossímil, ou mesmo ficcional.

Nesse sentido, a recuperação desta citação remete, inevitavelmente, à supracitada apropriação feita pelo historiador Manolo Florentino, colocando em evidência um aspecto irônico acerca de sua argumentação com base em referências a relatos de viagem. De fato, Florentino errou ao afirmar que Castelnau “aceitou que na província de Goiás, em 1824, os brancos perfizessem apenas 17% de um contingente majoritariamente negro e indígena” (FLORENTINO, 2002, p. 12).

Na verdade, foi a Coleção Brasileira que aceitou esta proporção. Se a edição parisiense do relato de Castelnau permitisse o acesso a algum tipo de subjetividade do viajante, seria na verdade possível afirmar que o viajante francês sequer considerou o percentual de “brancos” da região<sup>16</sup>. Como o objetivo do historiador, no entanto, provavelmente não foi o de resgatar a subjetividade do viajante, o erro é irrisório e não invalida sua argumentação acerca de que os “brancos” dos inquéritos censitários realizados no Brasil em fins do século XVIII não o seriam “no sentido europeu do termo” (FLORENTINO, 2002, p. 12). A nota de Castelnau elidida na tradução brasileira, com efeito, apenas corrobora o raciocínio. Feliz ironia, retórica e epistemológica, típica da escrita da história.

Acima de tudo, a nota elidida do relato de Castelnau destaca como, para a linguagem das hierarquias sociais que produziram os dados de 1824, ser “caracterizado como branco marcava uma

---

<sup>15</sup> Outras notas também foram elididas na tradução de 1949, como a que tenta explicar ao leitor de língua francesa o que seria o cará (CASTELNAU, 1850b, p. 166) ou a advertência no sentido de não confundir o rio Paraná “afluente do Tocantins com aquele que desagua no Rio da Prata” (CASTELNAU, 1850b, p. 176). De todo modo, causa espanto que categorias sociais tenham sido suprimidas tal como o foram diferenciações entre rios ou entre tubérculos.

<sup>16</sup> Constatação semelhante foi estabelecida por Guedes (2007), ao apontar comentários do viajante Auguste de Saint-Hilaire acerca de senhores de engenho mestiços na vila de Porto Feliz (GUEDES, 2007, p.508).





diferença fundamental em relação aos escravos”, tal como ocorria também em outras províncias, o que indica como, à época em que Castelnau esteve em Goiás, “a escravidão negra influencia a cor dos livres” (GUEDES, 2007, p. 510). Logo, da mesma forma que os brancos de Goiás, para Castelnau, não são “verdadeiramente brancos”, os negros de Goiás não necessariamente foram, para os seus olhos, verdadeiramente negros, no sentido de serem textualizados com base na referência primordial da fisionomia ou antropometria. Isso se dá porque, no relato de Castelnau, a escravidão é uma categoria tão decisiva quanto a anatomia comparada. É essa inflexão, característica já do vocabulário do próprio viajante enquanto autor, que provavelmente garantiu a citação a escravos e libertos de Goiás sem a necessidade de uma nota explicativa tal como a utilizada para diferenciar os “verdadeiramente brancos” dos “brancos da terra”. Castelnau não utiliza o termo “negros” para falar de Goiás. Após descrever a população branca da terra, de cor, assim como os diferentes grupos de indígenas, libertos e escravos, o viajante segue sua descrição da Província fazendo menções apenas à condição escrava.

A condição escrava é, além disso, mobilizada em poucos momentos do relato que Castelnau tece acerca da Província de Goiás. Em um primeiro momento, o viajante se refere a noventa e oito escravos introduzidos em Goiás no ano de 1823 sob a rubrica do “aspecto comercial”, sem, portanto, maiores precisões (CASTELNAU, 1850b, p. 122). As demais citações, em consonância com o que foi apontado por Ilka Boaventura Leite, ressaltam o uso de tecidos de algodão na vestimenta de “escravos” e “pobres” (CASTELNAU, 1850b, p. 135), além de ressaltarem o que seria uma escassez de população cativa no tocante à extração de ouro (CASTELNAU, 1850b, p. 158). O viajante apontou ainda que a falta de escravos teria condicionado a migração de muitas famílias, reconfigurando o cultivo de terra nos distritos (CASTELNAU, 1850b, p. 168)<sup>17</sup>.

É em outros trechos do relato que a articulação entre raça e escravidão fica evidente. No primeiro tomo de seu relato, o viajante francês se refere à “raça africana, livre na África ou escrava no Novo Mundo” (CASTELNAU, 1850a, p. 44), e aponta que a escravidão é uma das razões de execução da realização da expedição científica, pois estava “encarregado de estudar as diversas

---

<sup>17</sup> O uso dessas notas na chave de uma reflexão sobre a história social da província poderia ir ao encontro do tipo de tendência que Cacilda Machado menciona no tocante a momentos de redução de contingente escravizado, nos quais se verificava uma maior atração de população agregada aos domicílios de escravistas, que “passavam a se interessar mais por esta mão-de-obra, devido à dificuldade em adquirir cativos” (MACHADO, 2008, p. 53).



condições do trabalho nas colônias livres e com escravos” (CASTELNAU, 1850a, p. 29)<sup>18</sup>. A condição escrava, enquanto identidade que remeteria à África, era, portanto, premente para esse viajante, ainda que não evidente em todo o texto, o que condicionou apropriações posteriores<sup>19</sup>.

O compromisso do texto de Castelnau com uma crítica à escravidão não o impediu de fazer menções à “raça africana” enquanto uma “ordem inferior”. Ao descrever os costumes do Rio de Janeiro, o viajante comparou os castigos infligidos contra escravos aos reservados a animais como cachorros e cavalos. O francês ressaltou que “os maus tratamentos que o homem faz sentir aos seres que o cercam são em proporção direta à semelhança (*ressemblance*) destes com ele” e denunciou como “aos indivíduos pertencentes à ordem inferior de sua própria espécie” este homem reservava “chicotes gigantescos” e “postes de suplício”, pois “a mais leve falta é suficientemente punida a seus olhos apenas por meio do rasgar da carne e efusão de sangue” (CASTELNAU, 1850a, p. 65).

Apesar da ressonância traumática que várias dessas palavras guardam, talvez seja a mais “discreta” delas a que guarde a maior violência, ao menos para uma concepção universal igualitária de humanidade: a palavra “semelhança”. É no uso dessa palavra que Castelnau consegue se ater à tensão de seu século e guardar simultaneamente os pressupostos científicos da anatomia comparada sem qualquer ruído com seu cristianismo, atualizando o significado de uma categoria teológica que em séculos pregressos governara a história natural por meio da noção de singularidade, e no século XIX poderia se apresentar apesar das inflexões que a disciplina sofrera após Cuvier<sup>20</sup>.

Isso se dava porque a emergência da anatomia comparada não implicava a necessidade de uma filiação unívoca quer ao poligenismo, quer ao monogenismo, e as duas vertentes de compreensão da origem da humanidade continuavam a funcionar não apenas enquanto possibilidades de plano de fundo teórico, mas também enquanto “duas modalidades” das “justificações pré-revolucionárias da

---

<sup>18</sup> O que indica em que medida a viagem era fruto de uma conjuntura global de articulações de diferentes vertentes perante a queda da escravidão colonial (BLACKBURN, 2011) e refuta a perspectiva segundo a qual, enquanto “botânico”, Castelnau teria tido “contato restrito com a população e com a cultura locais” e “procurava evitar contato com os escravos” (LEITE, 1996, p. 117-118).

<sup>19</sup> Ilka Boaventura Leite afirmou, por exemplo, que “Castelnau escreveu sobre os negros das fazendas, mas em sua obra não se refere às suas condições – se livres ou escravos – não fazendo, portanto, diferença entre livres e escravos” (LEITE, 1996, p. 110). No entanto, essa pode ter sido sua conclusão em função do recorte analítico referente a Minas Gerais.

<sup>20</sup> Uma análise de longa duração dos usos da categoria permitiria inferências acerca do que Andrea Daher, em estudos sobre “figuras diferentes do índio”, reconheceu como um “longo percurso que vai do *outro* como *mesmo* ou *próximo*” até o “*outro* como *diferença cultural*” (DAHER, 2012, p. 36, grifos do autor).



hierarquia racial” (GOULD, 2003, p. 26). A partir daí os vínculos entre confissão religiosa, teoria, práticas de anatomia comparada e posições políticas poderiam se cruzar das mais diferentes formas em cada indivíduo. Como bem demonstrou Stephen Jay Gould, era possível ser um abolicionista e defender “a existência de sinais de inferioridade entre as raças primitivas”, tal como o foi o francês Étienne Serres (2003, p. 27), assim como era possível realizar a anatomia comparada em seus mais detalhados protocolos por meio de uma defesa da poligenia, tal como feito pelo suíço radicado nos Estados Unidos Louis Agassiz, que, todavia, segundo Gould (2003, p. 31), “não abraçou a poligenia como uma doutrina política consciente”.

Perante esse quadro, as filiações de Castelnau se tornam mais evidentes. Comprometido com a abolição – ao menos em suas publicações –, o naturalista explicitou suas filiações à origem das raças e a hierarquia entre elas, defendendo a superioridade das raças “branca” e “vermelha” (CASTELNAU, 1851, p. 255) por meio de citações que constam do quarto tomo de seu relato de viagem:

Quer tenham sempre existido várias raças de homens, quer adotemos a versão das Escrituras que os faz descender todos de um só tronco, o que me parece perfeitamente admissível do ponto de vista científico, sempre se evidencia que da mais alta antiguidade histórica encontramos as tradições de três variações principais de nossa espécie, o que é claramente indicado pelos três filhos de Adão e os três filhos de Noé, que designam evidentemente os três ramos branco, vermelho e negro; o primeiro principalmente representado, em monumentos do antigo Egito, pelos pastores ou citas, não parece ter desempenhado um grande papel nesses tempos distantes, o último foi, pelo efeito natural do pouco que há de desenvolvimento de sua inteligência, relegado às partes do globo menosprezadas pelas raças mais avançadas, e a Etiópia central tornou-se seu reino, diz a Escritura: “Bendito seja o Eterno, Deus de Sem, e que Canaã seja seu escravo [*serviteur*]. Que Deus atraia com doçura Jafé, e que Jafé habite nos tabernáculos de Sem, e que Canaã seja seu escravo [*serviteur*]” (CASTELNAU, 1851, p. 254-255).

Perante tal citação, fica mais explícito o significado do uso dos termos “verdadeiramente brancos” e “brancos da terra” em nota, assim como o uso sem notas de rodapé do termo para homens e mulheres “de cor”, quando Castelnau recupera os dados populacionais de Goiás em 1824. Ele encontrava-se diante de uma sociedade que teria desestabilizado Louis Agassiz, pois para esse naturalista “nada inspirava mais temor que a perspectiva de uma miscigenação racial através de casamentos mistos” (GOULD, 2003, p. 36).

Na província de Goiás, o viajante esteve diante de uma sociedade onde o estudo de famílias e mobilidade social na passagem do século XVIII para o século XIX indica como a mestiçagem “foi



responsável por esconder a cor, torná-la ausente em muitas situação diferentes”, assim como, “por outro lado, fez prevalecer o *status*” (LEMKE, 2012, p. 281). Em sua passagem por diversas províncias do Brasil, o viajante francês esteve, enfim, diante de “uma sociedade escravista que, como nos mostrou Gilberto Freyre, se misturava sem deixar de preservar as diferenças” (MACHADO, 2008, p. 22), e foi sob esse aspecto que seu olhar mais enfaticamente registrou o Brasil:

Isolados de todos os outros povos, os habitantes da Atlântida conservaram puro o antigo tipo da raça vermelha, ao passo que, submetidos a misturas diversas, esse tipo sofreu no mundo antigo modificações consideráveis: assim, ele se apresenta ora sob o aspecto do Guanche e do árabe do deserto, ora sob o aspecto dos Galas e de algumas outras povoações negras [*noires*] com traços diferentes daqueles dos Negros [*Nègres*]; na Ásia, enfim, ele foi em muitas partes modificado pelo contato dos citas e das raças germânicas; o Brasil nos oferece hoje em dia um exemplo semelhante de uma população de cor formada pela mistura de negros [*nègres*] e de brancos (CASTELNAU, 1851, p. 264).

### Considerações Finais

Os relatos de viajantes do século XIX permanecem uma rica fonte de debates não apenas em função do número de representações que moldaram acerca dos territórios que visitaram, mas sobretudo porque permanecem pouco estudados enquanto vestígios de si próprios: muitos detalhes desses relatos e viajantes, enquanto textos e autores, permanecem pouco contemplados. Contemplá-los é uma forma de, para usar a fórmula do historiador Dipesh Chakrabarty, “provincializá-los”, situando os valores pretensamente universais que nortearam suas narrativas e práticas, assim como as apropriações realizadas – ou por vezes cometidas – em função de sua circulação posterior. Dentre esses valores, ideias de natureza, razão e ciência são ambições que merecem ser analisadas tanto em sua condição de insuficientes como em sua condição de necessidade, sobretudo quando se visa a escrita da história de passados subalternos (CHAKRABARTY, 2008, p. 101).

Constatar o racismo e o etnocentrismo de Castelnau é, em bom português, “chover no molhado”. Situar o tipo de racismo emulado por Castelnau em seus textos, por outro lado, permanece um desafio importante, sobretudo no sentido de oferecer subsídios a reflexões acerca das permanências do racismo em séculos posteriores ao do cônsul francês. O racismo de Castelnau não foi menos científico por se entremear a fundamentos de alteridade religiosa, nem menos religioso por se entremear a fundamentos de alteridade científica. Enquanto conhecimento situado, capaz de circulação e disseminação em função dos circuitos em que se inseria, foi uma formulação científica coadunada às tensões dos campos em que se encontrava.



O estudo de questões raciais, ainda hoje, por vezes se vê em uma posição ambígua perante dualidades entre natureza e cultura, que permitem brechas de reificação de determinadas formulações, em vez de uma abordagem que explicita as contingências históricas das objetivações de cada um dos termos dessa misteriosa equação – ela própria uma objetivação histórica<sup>21</sup>. É sintomático que um autor como Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, por exemplo, alerte para o fato de que a sociologia, enquanto disciplina, “vê-se obrigada a abandonar inteiramente a dicotomia sociedade e natureza, para dedicar-se ao estudo empírico do modo como tecemos material e simbolicamente as relações que criamos” e afirme, simultaneamente, o quão fundamentais “também são as marcações que se confundem com a ordem natural, em suas inscrições físicas e corpóreas” (GUIMARÃES, 2018, p. 296-297).

Ao abandonar a dicotomia, o autor corre o risco de reiterar uma ideia de natureza que talvez nem o próprio Castelnau tivesse corroborado, uma vez que aquilo que Guimarães chama de ordem natural é, em si, social e simbolicamente relacional, e qualquer corpo possui inscrições físicas e corpóreas, portanto, sociais – ou, para usar a expressão de Donna Haraway, semióticas-materiais (1988, p. 595). É muitas vezes na reivindicação da separação entre sociedade e natureza que ocorrem naturalizações de objetivações sociais – e sociológicas –, e talvez nesse sentido o tipo de convite deixado por um autor como Stephen Jay Gould (2005, p. 21) em sua última obra seja mais profícuo: por meio de um declarado elogio do que concebia como um modelo estadunidense de democracia, o qual se apresentaria como “um modelo de união durável e útil de virtudes contrárias” – modelo que provavelmente reconheceu como produtor e produto de uma crítica como a que fizera em obra anterior, denunciando os *founding fathers* Benjamin Franklin e Thomas Jefferson, o primeiro como partidário da inferioridade cultural dos negros e o segundo como favorável à ideia de uma inferioridade biológica dos negros (GOULD, 2003, p. 20) –, o biólogo reivindicou uma reconciliação mais atenciosa e precavida entre ciências e humanidades.

Certamente “geneticistas não são particularmente qualificados para combater o racismo” e é, portanto, por um ideal humanista “eticamente superior” que o racismo deve ser combatido, independentemente das formulações preponderantes em campo científico (TODOROV, 1989, p.

---

<sup>21</sup> Ao utilizar o termo “objetivação”, faço referência às formulações de Paul Veyne (1971).



138). Porém, a articulação entre ciências e humanidades ressalta o quão limitadas são as “diferenças genéticas entre os grupos humanos” (GOULD, 2003, p. 345) e evidencia que é no imaginário que o fenótipo se liga “a uma ideia de pertença étnica e origem dos indivíduos” (SHUCMAN, 2018, p. 171).

É nessa perspectiva, portanto, que se pode ressaltar o que estudos críticos sobre branquitude, por exemplo, apontam acerca da categoria que, caracterizada enquanto “um lugar de privilégios materiais e simbólicos”, manifesta-se não apenas por meio de “uma fronteira externa entre brancos e negros” mas também por “distinções internas que hierarquizam os brancos através de outros marcadores sociais, como classe social, gênero, origem, regionalidade e fenótipo” (SHUCMAN, 2018, p. 168), assim como também se pode ressaltar variáveis de negritude que contemplem o problema do “escravo enquanto outro racializado” (BARCHIESI, 2018, p. 148) perante a objetivação de uma “ontologia negro-africana” (SENGHOR, 1967, p. 6), ressaltando como e em que medida “a escravidão do Novo Mundo codificou a pele “negra” como uma característica de escravo” (BLACKBURN, 2011, p. 19). Ao se distanciar simultaneamente dos indígenas não convertidos, dos brancos da terra e dos negros escravizados, Castelnau deixou vestígios para reflexões sobre o quanto pode haver de desejo de distinção social na branquitude e força da escravidão americana na negritude, não só na província de Goiás, mas na Corte e, enfim, no Brasil.

Apropriar-se dos relatos de viagem não é, em si, uma armadilha. É a pessoa que os lê posteriormente que imputará às regiões visitadas a permanência ou o esquecimento das categorias moduladas pelos viajantes. O relato de viagem de Castelnau é um acontecimento em si, e a história de sua tradução no Brasil na primeira metade do século XX, por sua vez, apresenta sua própria lógica. Talvez o motivo pelo qual a citação acerca dos “brancos verdadeiros” e “brancos da terra” desapareceu permaneça um mistério para a escrita da história. Uma hipótese mais apressada poderia se satisfazer com a mera ideia de um esquecimento corriqueiro. No entanto, tendo-se em vista as possibilidades apontadas pela historiografia, uma desatenção perante tal distinção não denotaria algo ingênuo. Afinal de contas, é no esquecimento que se perpetra o embranquecimento.

## Referências

ANDRADE, Karylleila dos Santos. Saint-Hilaire, Pohl, Gardner e Castelnau a exoticalização da província de Goiás e a grafia dos topônimos. **Cadernos do CNLF (CIFEFIL)**, Rio de Janeiro, v. XI, n. 5, p. 96-105, 2008. Disponível em: <[http://www.filologia.org.br/xicnlf/5/saint\\_hilaire\\_pohl\\_gardner.pdf](http://www.filologia.org.br/xicnlf/5/saint_hilaire_pohl_gardner.pdf)>. Acesso em: 10 de ago. 2018.



- ANDRADE, Karylleila dos Santos; BASTIANI, Carla. Viajantes naturalistas do século XIX na região da Província de Goiás: levantamento de topônimos indígenas. **ANTARES: Letras e Humanidades**, Caxias do Sul, v.4, n.8, p. 169-184, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/1846/1165>>. Acesso em: 11 de ago. 2018.
- BARCHIESI, Franco. Liberalismo e anti-negritude: será o Outro racializado um sujeito subalterno? In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (Org.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018.
- BLACKBURN, Robin. **The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848**. London/New York: Verso, 2011.
- BROC, Numa. Les explorateurs français du XIX siècle reconsidérés. **Revue française d'histoire d'outre mer**, t. 69, n. 256, p. 237-273, jul.-set., 1982. Disponível em: <[https://www.persee.fr/docAsPDF/outre\\_0300-9513\\_1982\\_num\\_69\\_256\\_2381.pdf](https://www.persee.fr/docAsPDF/outre_0300-9513_1982_num_69_256_2381.pdf)>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- CANEDO, Rogério. Literatura e História: as narrativas presentes na historiografia de Goiás. **Jangada**, Colatina/Chicago, n.8, p. 172-189, jul-dez, 2016. Disponível em: <<https://www.revistajangada.ufv.br/index.php/Jangada/article/view/126/139>>. Acesso em: 13 de ago. 2018.
- CASTELNAU, Francis de. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. Tomo II. Trad. Olivério M. De Oliveira Pinto. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/expedicao-as-regioes-centrais-da-america-do-sul-v2/pagina/1/texto>>. Acesso em: 11 de ago. 2018.
- CASTELNAU, Francis de. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau**. Tome Premier. Paris: P. Bertrand, 1850a. Disponível em: <<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.
- CASTELNAU, Francis de. **Expédition dans les parties centrales de l'Amérique du Sud, de Rio de Janeiro à Lima et de Lima au Para, exécutée par ordre du gouvernement français pendant les années 1843 à 1847 sous la direction de Francis de Castelnau**. Tome Deuxieme. Paris: P. Bertrand, 1850b. Disponível em: <<https://books.google.com>>. Acesso em: 15 de out. 2018.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2008.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da “decadência” aos limites da “modernidade”**. Goiânia: Ed. da UFG, Ed. Da UCG, 1997.
- COSTA, Maria de Fátima Gomes. Expedição Castelnau e o Império brasileiro: imagens do interior. In: GESTEIRA, Heloísa; MARINHO, Pedro; CAROLINO, Luis Miguel (Ed.). **Formas e representações do Império**. Ciência, tecnologia e política, séculos XVI-XIX. São Paulo: Paz e Terra, 2014.



- DAHER, Andrea. **A oralidade perdida**: ensaios de história das práticas letradas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- DANTAS, Luiz Carlos da Silva. Francis de Castelnau e o relato de um grupo de escravos de Salvador da Bahia em 1851. Ou do caráter simiesco dos indesejáveis. **Remate de Males**, Campinas, v. 12, p. 45-55, 1992. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635906/3615>>. Acesso em: 12 de ago. 2018.
- DRAYTON, Richard. **Nature's Government**: Science, Imperial Britain, and the 'Improvement' of the World. New Haven, London: Yale University Press, 2000.
- FLORENTINO, Manolo. Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p. 9-40, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v3n5/2237-101X-topoi-3-05-00009.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- GANNIER, Odile. **La littérature de voyage**. Paris: Ellipses Édition, 2001.
- GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOULD, Stephen Jay. **Le renard et le hérisson**. Pour réconcilier la science et les humanités. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v.10, n.18, p. 489-518, jul.-dez. 2007. Disponível em: <[http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/5\\_roberto\\_guedes.pdf](http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed18/5_roberto_guedes.pdf)> Acesso em: 17 de ago. 2018.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. O pós-colonial e os estudos afro-brasileiros. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós(-)colonial**. 1ed. São Paulo: Alameda, 2018.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3178066?origin=JSTOR-pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- KURY, Lorelai. **Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)**. Paris: L'Harmattan, 2001.
- LACAPRA, Dominick. **Rethinking Intellectual History**. Texts, Contexts, Language. Ithaca/London: Cornell University Press, 1983.
- LEITÃO, Tania Maria de Maio. **Abastecimento alimentar em Goiás na primeira metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2012. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/TANIA\\_MARIA\\_DE\\_MAIO\\_LEITAO.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/TANIA_MARIA_DE_MAIO_LEITAO.pdf)> Acesso em: 10 de ago. 2018.
- LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia da Viagem**: Escravos e Libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.





- LEMKE, Maria. **Trabalho, família e mobilidade social** – notas do que os viajantes não viram em Goiás. C. 1770 – c.1847. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MARIA\\_LEMKE.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/MARIA_LEMKE.pdf)> Acesso em: 12 de ago. 2018.
- LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993 [1979]. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101393/tropas\\_moderacao.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4204210/4101393/tropas_moderacao.pdf)>. Acesso em: 13 de ago. 2018.
- LOVEJOY, Paul. E. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. **Topoi**, Rio de Janeiro, v.2, n. 1, p. 11-44, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v1n1/2237-101X-topoi-1-01-00011.pdf>> Acesso em: 10 de out. 2018.
- MACHADO, Cacilda. **A trama das vontades: negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.
- MCKENZIE, Donald. **Bibliography and Sociology of Texts**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- MELLO, Maria Elizabeth Chaves de (Org.). **Um francês nos trópicos**. Francis de Castelnau: o olhar de um viajante no século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- MORAES, Benone da Silva Lopes; COSTA, Maria de Fátima; SILVA, Arthur Santos da. O Pantanal nos caminhos planejados por Francis de Castelnau (séc. XIX). **Anais 5º Simpósio de Geotecnologias no Pantanal**. São José dos Campos/Brasília/Cáceres: INPE/Embrapa/UNEMAT, p. 944-954, 2014. Disponível em: <<https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2014/cd/p151.pdf>> Acesso em: 14 de out. 2018.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. Uma releitura dos viajantes europeus: nem tudo era decadência em Goiás no século XIX. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.11, n.1, jan./jul., 2018. Disponível em: <<http://www.ppphis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/678>> Acessos em: 17 de ago. 2018.
- RAJ, Kapil. Beyond Postcolonialism... and Postpositivism: Circulation and the Global History of Science, **Isis**, v. 104, n.2, p. 337-347, 2013.
- REIS, João José. Resposta a Paul Lovejoy. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v16n30/2237-101X-topoi-16-30-00374.pdf>>. Acesso em: 10 de out. 2018.
- ROCHE, Daniel. **Humeurs vagabondes**. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages. Paris: Fayard, 2003.
- SECORD, James. Knowledge in Transit. **Isis**, v. 95, n. 4., p. 654-672, 2004.
- SENGHOR, Léopold S. Qu'est-ce que la négritude? **Études françaises**, Montréal, v. 3, n. 1, p. 3-20, 1967. Disponível em: <<https://www.erudit.org/fr/revues/etudfr/1967-v3-n1-etudfr1747/036251ar.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2018.



SHUCMAN, Lia Vainer. Branquitude à brasileira: hierarquias e deslocamentos entre origem, gênero e classe. In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.). **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

TEIXEIRA, Daiany Ribeiro. O sertão de Goiás na literatura de viagem. **Revista Mosaico**, Goiânia, v. 6, n. 1, p. 95-105, jan./jul. 2013. Disponível em:

<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/2749>>. Acesso em: 17 de ago. 2018.

TODOROV, Tzvetan. **Nous et les autres**. La réflexion française sur la diversité humaine. Paris: Éditions du Seuil, 1989.

VEYNE, Paul. **Comment on écrit l'histoire**. Essai d'épistémologie. Paris: Seuil, 1971.